

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS JATAÍ
ATA Nº. 06/2011/CAJ/UFG
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO CAMPUS JATAÍ,
REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2011.

1 Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e onze às quatorze horas e quatro minutos reuniram-se no
2 auditório maior da Unidade Jatobá, Campus Jataí/UFG, sob a presidência da Diretora do CAJ, Prof.^a Silvia
3 Correa Santos, os membros do Conselho Diretor: Prof. Vilmar Antônio Ragagnin, Vice-Coordenador do
4 Curso de Agronomia; Prof. Alexandre Braoios, Coordenador do Curso de Biomedicina; Prof. Samuel
5 Mariano Gislon da Silva, Coordenador do Curso de Ciências Biológicas, Prof. Laurence Rodrigues do
6 Amaral, Vice-Coordenador do Curso de Ciência da Computação; Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira,
7 Coordenadora do Curso de Direito; Prof.^a Cátia Regina Assis Almeida Leal, Coordenadora do Curso de
8 Educação Física; Prof.^a Paula Regina de Souza, Coordenadora do Curso de Enfermagem; Prof. Wendy
9 Carniello Ferreira, Coordenador do Curso de Engenharia Florestal; Prof. Fábio Marineli, Coordenador do
10 Curso de Física; Prof. Rodrigo Paschoal Prado, representando a Coordenação do Curso de Fisioterapia,
11 conforme designação número 009/2011 (nove de dois mil e onze) anexada a esta ata; Prof. Márcio Rodrigues
12 Silva, Coordenador do Curso de Geografia; Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa, Coordenador do Curso
13 de História; Prof.^a Divina Nice Martins Cintra, Vice-Coordenadora do Curso de Letras; Prof. Gecirlei
14 Francisco da Silva, Coordenador do Curso de Matemática; Prof. Thiago André Carreo Costa, Coordenador
15 do Curso de Medicina Veterinária; Prof.^a Elis Regina da Costa, Vice-Coordenadora do Curso de Pedagogia;
16 Prof. Roberto Menezes de Oliveira, Coordenador do Curso de Psicologia; Prof. Giovanni Cavichioli
17 Petrucelli, Coordenador do Curso de Química; Prof. Igo Gomes Guimarães, Coordenador do Curso de
18 Zootecnia; Prof. Edésio Fialho dos Reis, Coordenador do Curso de Mestrado em Agronomia; Prof. João
19 Batista Pereira Cabral, Coordenador do Curso de Mestrado em Geografia; Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes
20 Viu, representante dos Professores Associados; Prof.^a Cecília Nunes Moreira, representante dos Professores
21 Adjuntos; Prof. Kleber Fernando Pereira, representante dos Professores Assistentes; Prof. Dirceu Luiz
22 Hermann, Presidente da CIS; Os Técnico-Administrativos: Anne de Oliveira, Marcos Humberto Silva de
23 Assis, Michaela Andrea Bette Camara e Wesley Carmo Ramos, representando os servidores técnico-
24 administrativos; Os Acadêmicos Dayane Moraes, João Victor de Souza Cyrino, Silvon Alves Guimarães e
25 Waldenir do Prado, representantes dos discentes. Verificado o “quórum”, a Sr.^a Presidente declarou abertos
26 os trabalhos: A Presidente iniciou a reunião com o **Quinto Ponto da Pauta: Apresentação da Comissão**
27 **Interna de Saúde do Servidor Público do CAJ/UFG**, relatado pela Presidente da Comissão: Prof.^a Giulena
28 Rosa Leite C. dos Anjos, ela informou que a CISSP (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público do
29 CAJ/UFG) foi regulamentada de acordo com a Portaria Normativa nº 3 (três), de 7 (sete) de maio de 2010
30 (dois mil e dez), da Secretaria de Recursos Humanos / Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão
31 estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS). Informou também
32 que são objetivos da CISSP: a) propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em
33 especial a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças
34 relacionadas ao trabalho; b) propor atividades que desenvolvam atitudes de co-responsabilidade no

35 gerenciamento da saúde e da segurança, contribuindo, dessa forma, para a melhoria das relações e do
36 processo de trabalho; e c) valorizar e estimular a participação dos servidores, enquanto protagonistas e
37 detentores de conhecimento do processo de trabalho, na perspectiva de agentes transformadores da realidade.
38 Finalizando ela informou os nomes dos membros desta comissão: Assunção Andrade Barcelos, Cleber
39 Douglas Lucínio Ramos, Darlan Marques do Silveira, Giorgia Lay Ang, Giulena Rosa Leite C. Dos Anjos,
40 Lilia Cristina de Souza Barbosa, Martha Ribeiro Bonilha, Rebeca Lima de Assis, Roberto Borges Filho ,
41 Sidney Aniceto Resende Júnior e Vera Lúcia Dias da Silva Fontana. Os próximos dois pontos foram
42 relatados em bloco: **Primeiro Ponto da Pauta: Exposição de dois casos de plágio ocorridos no Curso de**
43 **Direito** – solicitação de orientação e providências do Conselho Diretor. **Segundo Ponto da Pauta:**
44 **Mecanismos de controle de plágio pelo CAJ/UFG** – sugestão de compra de plataforma para detecção,
45 relatado pela Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira – A Relatora disse que no Curso de Direito houve dois
46 casos de plágio, em um dos casos houve cópia de trechos de um trabalho e em outro além dessas cópias,
47 houve a confissão que um havia feito o trabalho do outro. A Relatora disse que consultou a PROGRAD e a
48 Assessoria de Graduação do CAJ/UFG e a orientação que recebeu foi para que o caso fosse trazido para o
49 conselho. Disse que iria preservar o sigilo dos nomes dos alunos e que em relação ao segundo ponto da pauta
50 a sugestão é que o CAJ adquira mecanismos de controle de plágio, a licença do programa custa hoje R\$
51 50,00 (cinquenta reais). Em discussão o Prof. Marcos Antonio Menezes disse que a CAPES recomendou que
52 as universidades criassem mecanismos para conter casos de plágio e que seria bom criar uma comissão para
53 analisar esses casos, então o CAJ poderia adquirir um software, mas a melhor forma de conter essa situação
54 seria a formação de uma comissão. O Prof. Samuel Mariano Gislon da Silva questionou se o aluno sofreu
55 alguma punição e se o aluno poderia ser punido duas vezes, pois se o aluno recebe a nota zero, ele não pode
56 ser punido pelo mesmo motivo. A Presidente confirmou que o aluno não pode ser punido duas vezes pelo
57 mesmo motivo, e disse que ela entende que os professores estão querendo uma advertência, disse que esta
58 questão é antiga no CAJ e que acha que podem ser trabalhados mecanismos internos de cada curso e que a
59 aquisição de um software seria uma tentativa de solução. A Prof.^a Cecília Nunes Moreira disse perguntou se
60 o professor penaliza o aluno, como pode provar que houve o plágio depois. A Prof.^a Maria Cristina Cardoso
61 Pereira disse que não tem um parâmetro para isso, e que acha que seja ideal a nomeação de um relator para
62 auxiliar na questão. A Presidente disse que precisa mesmo criar um mecanismo para conter a situação. O
63 Prof. Roberto Menezes de Oliveira disse que precisa ver com a comissão de ética do CAJ a questão
64 educativa, e constituir uma comissão de ética do CAJ para trabalhar esta questão. Disse que quanto ao
65 software ele disse que concordava, mas já ouviu de duas fontes que não é tão bom assim. A Prof.^a Maria
66 Cristina Cardoso Pereira sugeriu que a formação da comissão com a nomeação de um relator para análise dos
67 casos individuais encaminhados para ela. Sugeriu também a formação de uma comissão com a nomeação de
68 um relator para análise dos casos individuais. A Prof.^a Ana Luísa disse que o comitê de ética dentro do
69 período que ela faz parte, não foi discutido um assunto assim. A Presidente disse que vai fazer algumas
70 consultas para a formação da comissão. **Terceiro Ponto da Pauta: Apresentação da Comissão de**
71 **Gerenciamento de Resíduos do CAJ/UFG** – Presidente: Prof.^a Ivanildes Solange Costa Barcelos (este
72 ponto foi retirado da pauta). **Quarto Ponto da Pauta: Apresentação da Comissão Interna de**

73 **Biossegurança do CAJ/UFG**, relatado pelo Presidente da Comissão: Prof. Marcos Lázaro Moreli. O relator
74 iniciou informando os nomes dos membros da comissão: Prof. Marcos Lázaro Moreli (Presidente) -
75 Biomedicina, Prof. Luis Antônio Serrão Contim (Vice-presidente) – Biologia, Prof. Ariel Stela (Secretário)
76 – Medicina Veterinária, Prof. Ricardo Santa Rita (Ciências Biológicas), Prof. Danival Vieira de Freitas (Curso
77 Engenharia Florestal), Prof.^a Rosângela Maria Rodrigues (Curso Biomedicina), Prof.^a Vanessa Stein
78 (Ciências Biológicas) e Thalita Rodrigues Lemes (Membro leigo). Em seguida informou as etapas
79 necessárias e em desenvolvimento, que serão: Reuniões, Proposta de criação de um regimento interno e
80 Visita e cumprimento das normas (memorando N 30/2011/PRODIRH-UFG – para conhecimento da
81 comissão (18 de março de 2011). Falou também da categoria e finalidade do Regimento interno: Art. 1º A
82 Comissão Interna de Biossegurança (CIBio) da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí – Unidade
83 Jatobá, instância colegiada de caráter consultivo, deliberativo, educativo e executivo, tem por finalidade
84 reduzir os riscos de agravos à saúde dos profissionais da Universidade e evitar a propagação de agentes
85 químicos, físicos e biológicos no meio ambiente. Art. 2º A CIBIO tem como objetivo: I- Elaborar e divulgar
86 normas e tomar decisões sobre assuntos específicos no âmbito da Instituição em procedimentos de
87 segurança, sempre em consonância com as normas da Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio); II-
88 Assegurar que suas recomendações e as da CTNBio sejam observadas; III- Proteger o profissional que
89 desempenha qualquer função dentro da UFG; IV- Proteger a comunidade direta e indiretamente ligada a
90 UFG; V- Proteger o Meio-Ambiente. Em seguida o professor finalizou sua apresentação. **Sexto Ponto da**
91 **Pauta: PROJETOS PROLICEN** – O relatado dos projetos foi lido pela Presidente do Conselho: O
92 movimento do sujeito na escrita – Prof.^a Vânia Carmem Lima; Dificuldades de escrita em contexto escolar –
93 Prof.^a Coraci Helena do Prado; Explorando o domínio afetivo na aprendizagem de escrita em língua inglesa;
94 A prática da leitura no curso de formação docente e sua contribuição para o (s) letramento (s) do futuro
95 professor e do seu aluno da Educação básica – Prof. Silvio Ribeiro da Silva; Projeto UFG inclui: impacto de
96 ação afirmativa da UFG no curso de Educação Física do Campus Jataí – Prof.^a Cátia Regina Assis Almeida
97 Leal; Ensino de ciências naturais e formação continuada de professores em escolas públicas de Jataí:
98 diagnóstico e perspectivas – Prof. Regisnei Aparecido de Oliveira Silva; Educação ambiental no contexto
99 escolar: Energia Elétrica – Prof. João Batista Pereira Cabral; A pesquisa na formação do professor de língua
100 portuguesa – Prof.^a Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago; Coleção cartográfica do Sudoeste Goiano –
101 Prof. Dimas Moraes Peixinho. As muitas faces do trabalho que se realiza na educação infantil – Prof.^a Laís
102 Leni Oliveira Lima; O cenário que compões o trabalho na educação infantil: quinze anos da lei de diretrizes
103 e bases da educação 9394/96 - Prof.^a Laís Leni Oliveira Lima; Herbário na escola – Prof.^a Vanessa Cristina
104 Stein; Bio (lógico) biologia na rede – Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu, todos com pareceres
105 favoráveis. Em discussão e em seguida em votação os projetos foram aprovados com o registro da
106 unanimidade dos votos. **Sétimo Ponto da Pauta: PROJETOS DE EXTENSÃO E CULTURA**, relatado
107 pelo Prof. Dirceu Luiz Hermann: **Cadastro de projeto** – Curso de Letras do CAJ: Divulgando ações,
108 colhendo alunos - Coordenadora: Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago; **Recadastro de projeto** -
109 Grupo de intervenção multidisciplinar e obesidade – coordenador: Marcos Gonçalves de Santana; **Cadastro**
110 **de projeto** - Fragmentos de memória: o museu, a sociedade e o ensino – coordenador: Murilo Borges Silva;

111 **Cadastro de projeto** - Formação em língua de sinais – Coordenador: José Gabriel Antunes Assis;
112 **Recadastro de projeto** – Centro de convivência e cultura – trabalhando a inserção social do paciente com
113 transtorno mental – Coordenador: Douglas José Nogueira, Coordenadora externa: Cristianne Nunes Assis;
114 **Cadastro de projeto** Ações de educação e saúde no combate e controle a dengue: Universidade Federal de
115 Goiás – UFG e comunidade escolar do município de Jataí – GO – Coordenador: Marcos Lázaro Moreli;
116 **Cadastro de projeto** - Letras na escola – Coordenadora: Coraci Helena do Prado; **Recadastro de projeto** –
117 Práticas integrativas e complementares: ampliando o cuidado em atenção básica – Coordenadora: Ilda
118 Estefani Ribeiro Marta; **Recadastro de curso** – Coordenadora: Santinha Neuda Alves do Lago; **Cadastro de**
119 **projeto** – Congresso de Educação do Sudoeste Goiano: processo permanente de construção do conhecimento
120 – Coordenadora: Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira; **Recadastro de projeto** – Revista virtual de
121 letras: REVLET – Coordenador: Sílvio Ribeiro da Silva; **Recadastro de projeto** - Implantação de processos
122 agroecológicos e redesenho de agroecossistemas em unidades produtivas no Sudoeste de Goiás –
123 Coordenador: Hildeu Ferreira da Assunção. Em discussão e em seguida em votação, os projetos foram
124 aprovados com o registro de 28 (vinte e oito) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. **Oitavo Ponto da Pauta:**
125 **COMISSÃO ELEITORAL** – A Presidente fez algumas ressalvas e pediu que os conselheiros pensassem
126 bem em suas falas e disse que se ela percebesse que as falas estavam sendo ofensivas, ela suspenderia a
127 reunião imediatamente. Disse que tudo que é dito no conselho é registrado e que isso tem repercussão fora do
128 conselho, então como gestora do CAJ pediu que os conselheiros tivessem cuidado ao falar. Disse ainda que a
129 decisão que sair do conselho será respeitada e que acreditava em uma discussão sensata e o que ninguém
130 pode tirar do CAJ é a autonomia de votar o que o CAJ quer. Em seguida ela passou a palavra para a
131 Presidente da comissão eleitoral: Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu disse que a comissão recebeu três
132 propostas referentes a proporcionalidade dos votos para a próxima eleição para diretor do CAJ, e entregou as
133 propostas para a Presidente e disse que a partir daquele momento ela estava no conselho como conselheira e
134 não como membro da comissão eleitoral. A Presidente leu as propostas: **Primeira proposta, apresentada**
135 **pelo Curso de Química**, conforme segue: “De acordo com a última reunião ordinária do Conselho Diretor,
136 na data de 30 de março de 2011, foi solicitado aos conselheiros o envio de propostas a respeito da
137 proporcionalidade dos votos para a próxima eleição para Direção do CAJ. A coordenação de Química optou
138 por uma forma intermediária, considerando a possibilidade da consulta ser discricionária. A proposta se
139 baseia em considerar apenas dois segmentos um de servidor englobando professores e técnico-
140 administrativos e outro discentes. Nesta proposta o peso dos servidores seria 2/3 e o dos alunos 1/3”.
141 (Proposta assinada pelo Prof. Giovanni Cavichioli Petrucelli). **Segunda Proposta, apresentada pelos**
142 **Cursos de Biomedicina, Física, (Química, que pediu para retirar a assinatura no dia 05/04/2011, pois**
143 **apresentou outra proposta), Ciências Biológicas, Prof.^a Cecília Nunes Moreira (representante dos**
144 **professores adjuntos), Coordenação do Curso de Educação Física, Coordenação do Curso de**
145 **Matemática e Coordenação do Curso de Zootecnia**, conforme segue: “De acordo com a última reunião
146 ordinária do Conselho Diretor, na data de 30 de março de 2011, foi solicitado aos conselheiros o envio de
147 propostas a respeito da proporcionalidade dos votos para a próxima eleição para Direção do CAJ. Os
148 conselheiros abaixo assinados vêm propor junto a comissão eleitoral que o pleito tenha caráter formal, ou

149 seja, que seja respeitada a proporcionalidade prevista na Lei nº 9.192 de 21 de dezembro de 1995, que prevê
150 o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação as demais categorias. E, além
151 disso, propomos que os Técnico-Administrativos e os Discentes tenham peso de quinze por cento cada”.
152 (Proposta assinada pelos Professores Alexandre Braoios, FábioMarineli, Samuel Mariano Gislon da Silva,
153 Cecília Nunes Moreira, Gecirlei Francisco da Silva, Cátia Regina Assis Almeida Leal e Igo Gomes
154 Guimarães). **Terceira Proposta, apresentada pelos Técnico-Administrativos do CAJ/UFG**, conforme
155 segue: “Desde a eleição do primeiro diretor do Campus de Jataí, tem sido um costume institucional, a
156 escolha por meio da consulta paritária aos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. A paridade,
157 modelo de consulta já utilizado pela UFG, nas eleições para reitores da instituição desde 1986, está pautada
158 no princípio de que cada segmento da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos)
159 responde por 1/3 dos votos. Este processo foi eleito pela UFG e por mais vinte outras universidades federais,
160 como sendo o mais democrático de votação, no qual cada categoria, compondo a universidade em pé de
161 igualdade com as demais, decidem de forma paritária os caminhos da instituição de ensino a qual pertencem.
162 Esta forma de consulta considera que o índice de votação de uma chapa em cada segmento será obtido
163 mediante a aplicação da seguinte fórmula: número de votos do segmento na chapa dividido pelo total de
164 eleitores do segmento multiplicado por 1/3 (um terço).Será vencedora a chapa que, tendo somado os índices
165 obtidos nos três segmentos alcançar o maior índice de votação. Assim, desmente-se a afirmação veiculada de
166 que a categoria poderia sozinha eleger a direção do campus, visto que ela responde apenas por 33,33 % dos
167 votos, que não são suficientes para eleger ninguém. Quanto à discussão sobre o peso dos votos, isso não
168 passa de uma forma de equiparar o número de componentes das categorias, que é muito díspar. Nós
169 servidores técnico-administrativos em educação, propomos o apoio a permanência desta forma de consulta,
170 pois entendemos que a paridade é a forma mais democrática encontrada ao longo de vários anos em extensos
171 e proveitosos debates realizados na UFG. Não é, portanto, este o momento, com emoções alteradas e à
172 véspera da eleição, a hora oportuna para realizar discussões suficientemente satisfatórias para cada categoria,
173 no intuito de conservar a participação democrática de toda comunidade universitária neste processo.
174 Acreditamos que seja sim, o momento de nos unirmos e, cada categoria, com suas especificidades a serem
175 atendidas, possa pensar de forma responsável e cidadã sobre os rumos da universidade. Qualquer manobra
176 para a mudança na forma de votação sem as discussões necessárias pressupõe a interferência de interesses
177 pessoais em uma decisão que deve ser tomada por todos, considerando-se igualdade de forças nesta escolha.
178 A paridade impede que ocorra o clientelismo, não sendo possível que se eleja o (a) próximo (a) diretor (a)
179 com apenas o apoio de uma categoria. Para que seja eleito o (a) candidato (a) tem que fazer suas propostas
180 considerando e atendendo as reivindicações das categorias docentes, técnico-administrativos e discentes de
181 forma equilibrada e equânime. Não há possibilidade matemáticas de ganhar a eleição o candidato apoiado
182 por apenas uma categoria; ele terá que ganhar em pelo menos duas das três categorias ou nas três com
183 maioria simples. Portanto, a paridade exige que o candidato pense nas três categorias em seu plano de
184 governo para que tenha chances de vencer. Entendemos que a Universidade é formada por três segmentos:
185 docentes, técnicos e discentes. A existência isolada de um segmento não tem sentido, sem qualquer uma das
186 três categorias, por isso é impossível a constituição de uma Universidade que não contemple este formato,

187 considerando a participação democrática dos três segmentos em decisões importantes para a instituição. Vale
188 ressaltar que para pensarmos em uma Universidade descentralizada, num futuro próximo, é necessário que as
189 categorias, neste momento, sejam ouvidas e que estejam unidas em prol deste objetivo. Tencionar as partes
190 causaria enormes prejuízos que podem ser irreversíveis ao longo deste processo. Não há Universidade
191 quando o direito de escolha democrática de seus representantes fica cerceado pelos ditames de uma categoria
192 que, sozinha, não representa ou conduz a Instituição. Assim, apresentamos e defendemos a proposta de
193 conservação da paridade, modelo de votação em que todas as categorias (docentes, discentes e técnico-
194 administrativos) têm o mesmo peso nas eleições (33,33...%, ou seja, 1/3). Defendemos ainda que a chapa
195 com maior votação seja a chapa referendada pelo Conselho Diretor, não havendo, portanto a possibilidade de
196 ser escolhida outra chapa pelo Conselho Diretor deste Campus”.(Esta proposta foi assinada pela Técnica-
197 administrativa Carolina Oliveira e Oliveira em representação aos técnico-administrativos). Após
198 apresentação das propostas, em discussão, o Prof. Dirceu Luiz Hermann pediu novamente pelos professores
199 da FEJ, pois mesmo com orientação do jurídico a FEJ é importante no CAJ, lembrou das eleições passadas
200 que eles participaram e que não é porque o número de servidores reduziu que eles terão que ser cortados de
201 votar. Disse ainda que gostaria que todos questionassem a questão da participação da FEJ, e que seja
202 realizada uma manifestação para que os professores que lutaram por vários momentos pelo CAJ tenham esse
203 direito. O Acadêmico João Victor de Souza Cyrino disse que os discentes tem afinidade com a fala do Prof.
204 Dirceu e que a comunidade acadêmica pede paridade, e disse ainda que acha que poucas vezes foi visto uma
205 movimentação assim no conselho diretor. O Prof. João Batista Pereira Cabral disse que na última eleição eles
206 foram eleitos com o pessoal da FEJ votando e que dentro das três propostas, nenhuma contempla o pessoal
207 da FEJ, disse que é fácil falar em paridade, mas que os professores da FEJ são importantes. O Prof. Edésio
208 Fialho dos Reis disse que tem que analisar a questão e que o procurador está dentro da universidade para
209 fazer cumprir a lei, e sua preocupação é grande quanto a consulta da procuradoria que sempre é de acordo
210 com a lei. Disse ainda que desde que chegou aqui ele sabe que a luta do pessoal da FEJ é constante e que em
211 sua opinião é um desrespeito a FEJ não poder participar, e questionou porque não o conselho definir o que
212 ser feito no CAJ? O Técnico-Administrativo Wesley Carmo Ramos disse que concordava com a inclusão dos
213 servidores da FEJ e disse que acha que a universidade não é composta somente pela FEJ e UFG, então se vai
214 abrir um precedente que todos, inclusive os terceirizados deveriam votar. Se for mexer na lei, que sejam
215 justos com todos os seguimentos. A Técnica-Administrativa Carolina Oliveira e Oliveira disse que gostaria
216 de comentar a proposta e disse que essa é a forma mais democrática, disse que cada categoria tem sua
217 demanda e que a categoria não será beneficiada e agora não seria o momento de definir isso. Disse que o que
218 estava defendendo e acreditando era que o momento era de analisar as propostas e seguir em frente e disse
219 que gostaria de pedir aos colegas respeito nas colocações de cada um, pois há questionamentos quanto às
220 reuniões e todos tem o direito de defender suas ideias. Disse ainda que quanto a FEJ ela concordava com o
221 Prof. João Batista Pereira Cabral e que acha que isso deve ser discutido e se a universidade tiver essa
222 autonomia, então poderá voltar atrás e garantir a participação dos professores no pleito. A Prof.^a Cecília
223 Nunes Moreira disse que a consulta não precisa seguir a lei, então ela não viu nada que impediria a
224 participação da FEJ e da Agência Rural, disse que acha que isso pode ser deliberado no conselho, e pediu

225 para a Prof.^a Alessandra fazer a consulta, pois se não houver impedimento poderá ser deliberado pelo
226 conselho. A Presidente disse que essa brecha foi encontrada na lei e que a fala do Prof. Edésio procede sim,
227 então ela perguntou se a questão da FEJ seria votada ou se votava naquele momento se a consulta seria
228 formal ou discricionária. Após várias discussões a Presidente disse que por questão de ordem seria definido
229 primeiro se seria discricionária ou formal. A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu falou que na última
230 reunião foi passada a ordem, foi verificado se o pleito seria com consulta, então no momento teria que
231 verificar se seria discricionária ou formal, pois foram recebidas duas propostas discricionárias e uma formal.
232 A Presidente questionou ao conselho qual o entendimento quanto a votação, votaria primeiro se seria formal
233 ou discricionária ou votaria nas três propostas. Após várias discussões a Presidente disse que o conselho era
234 livre para votar da forma que achar melhor. A Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira perguntou se deveria
235 votar se seria da forma que foi a consulta passada. A Presidente falou sobre a frequência dos conselheiros e
236 disse que o Curso de Fisioterapia estava com um representante, o Prof. Rodrigo Paschoal Prado, que não era
237 o coordenador do curso, nem o vice-coordenador então ele não poderia votar. Neste momento o Prof. Fábio
238 Marineli mostrou uma ata impressa e disse que no mês de setembro de dois mil e dez, na qual em sua
239 conferência um representante votou. O Prof. Giovanni Cavichioli Petrucelli disse que o Prof. Rodrigo estava
240 com a designação da coordenação. A Presidente disse que se fosse o caso as atas do conselho seriam todas
241 revistas, pois, quando ela não pode comparecer ao CONSUNI, e o Vice-Diretor também não pode ir a
242 reunião, ela encaminha um representante, mas ele não tem direito a voto na reunião. Após este momento
243 surgiram dúvidas quanto a votação nesta reunião ou em uma próxima reunião e a Presidente disse que os
244 pares já deveriam ter sido consultados. Disse ainda que as pessoas estavam preocupadas com números de
245 votos e que isso não tinha cabimento. A Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira disse que a partir do momento
246 que fosse escolhida se seria discricionária ou formal, deveria fazer a votação em etapas. A Presidente disse
247 que a votação seria realizada da seguinte forma: se vota as propostas hoje ou não. O Prof. Alexandre Braios
248 disse que a Presidente disse muito bem no início da reunião que gostaria de respeito na reunião e que ele
249 estava vendo que estavam acontecendo aplausos além da conta, apitos, então ele pediu respeito aos
250 conselheiros. A Presidente disse que na última reunião foi definido que iria apreciar as propostas, então
251 consultou o conselho se o entendimento era esse. O Acadêmico João Victor de Souza Cyrino pediu que
252 fossem votadas as três propostas. O Prof. Fábio Marineli solicitou que fosse apreciado se seria formal ou
253 discricionária. A Prof.^a Cecília Nunes Moreira disse que achava muito desgastante mais uma reunião para
254 isso, disse que estava claro e não poderia adiar a decisão por mais uma semana. O Prof. Raimundo Agnelo
255 Soares Pessoa disse que se votassem as três propostas, já resolveria se seria discricionária ou formal. A
256 Presidente solicitou que fosse realizada a votação das propostas do Prof. Fábio Marineli e do Acadêmico
257 João Victor de Souza Cyrino. A Proposta do Prof. Fábio Marineli para que fosse apreciado se seria formal ou
258 discricionária obteve 20 (vinte) votos e a proposta do Acadêmico João Victor de Souza Cyrino para que
259 fossem votadas as três propostas obteve 10 (dez) votos. Em seguida foi realizada a votação para definição se
260 a consulta seria formal ou discricionária, para a consulta formal foram registrados 13 (treze) votos, para a
261 discricionária foram registrados 17 (dezesete) votos, nesta votação ainda foram registradas duas abstenções.
262 Após a definição de que a consulta seria discricionária, a Presidente solicitou que o Prof. Giovanni

263 Cavichioli Petrucelli explicasse a proposta do Curso de Química. O Professor disse que a idéia se baseava na
264 questão de que todos são servidores, então porque votar diferente, ter peso diferente, disse que não duvida de
265 que a bagunça foi feita. Disse ainda que se ficar brigando aqui estaria indo para o caminho totalmente errado.
266 Disse que o direito do sigilo garante a democracia e que os alunos continuam com o mesmo peso. O
267 Acadêmico João Victor de Souza Cyrino disse que quando escuta dizer que todos são servidores (técnicos e
268 professores) isso engloba nos 2/3 (dois terços) duas categorias e os alunos? Então seria professores ou
269 técnicos? Disse que se forem fazer as contas seria quase o mesmo de 70 % (setenta por cento). A Técnica-
270 administrativa Michaela Andrea Bette Camara disse que representando os técnicos e os discentes defendia a
271 paridade, pois a proposta de 2/3 (dois terços) era uma maneira de desarticular e disse que a universidade tem
272 docentes, discentes e técnicos, então são todos iguais e a paridade seria a representação para as categorias. A
273 Técnica-administrativa Carolina Oliveira e Oliveira disse que quando fala que todos são servidores,
274 realmente são e tem demandas diferentes, mas tem que pensar na universidade como um todo. O Prof.
275 Dirceu Luiz Hermann disse que para identificar a diferença das propostas, na paridade ficaria 33,33% (trinta
276 e três, trinta e três) para cada categoria e que na proposta de 2/3 (dois terços) ocorreria uma alteração da
277 proporção interna na diferença de técnicos e professores. A Técnica-administrativa Michaela Andrea Bette
278 Câmara disse que com essa proposta daria 52 % (cinquenta e dois) por cento para os professores. O Prof.
279 Giovanni Cavichioli Petrucelli disse que voltou o número e desenterraram 52 % (cinquenta e dois por cento),
280 e questionou se não foi isso que foi defendido na semana passada? A Prof.^a Cecília Nunes Moreira disse que
281 em defesa da proposta de 2/3 (dois terços), seria 270 (duzentos e setenta) servidores com 66% (sessenta e
282 seis por cento) e os alunos como o restante. Disse que a ideia dos 2/3 (dois terços) seria para evitar a
283 diferença. A Técnica-administrativa Michaela Andrea Bette Camara disse que muito admirava, pois como foi
284 dito na reunião passada, os professores carregam a universidade, porque agora querem unir com os técnicos,
285 e disse que o conselho é o local para discussões. O Acadêmico João Victor de Souza Cyrino disse que os
286 estudantes são contra a redução da eleição a contas, e que estava presenciando uma manobra. Disse que a
287 paridade iria multiplicar as classes para que uma possa alcançar a outra. O Acadêmico Waldenir do Prado
288 disse que a proposta dos 2/3 (dois terços) continuava na linha de que o aluno é passageiro, disse que defende
289 a paridade e que a proposta dos 2/3 (dois terços) era uma manobra politqueira e a que a proposta dos alunos
290 é a de 1/3, 1/3, 1/3 (um terço, um terço, um terço). Neste momento o Sr. Elson (representante do Sint/UFG)
291 solicitou autorização para falar. A Presidente questionou o conselho se ele poderia falar, foi definido que a
292 questão seria votada. Em votação foram registrados 13 (treze) votos favoráveis, 13 (treze) contrários e 4
293 (quatro) abstenções. A Presidente teve que votar e votou a favor da fala do representante do Sint/UFG. O Sr.
294 Elson disse que o que estava percebendo era que ocorria uma manobra no caso da proposta dos 2/3 (dois
295 terços), disse que não abraçar os técnicos, usando uma categoria para acabar com outra, as categorias são três
296 e a engrenagem só funciona com os três segmentos. Disse que a proposta pega os técnicos para passar em
297 cima dos alunos, em seguida falou do caso da UNB que optou pelo 70/15/15 (setenta, quinze, quinze) e
298 voltou para a paridade. O Prof. João Batista Pereira Cabral disse que estava no CAJ há mais de onze anos,
299 passou seis anos na FEJ e depois passou para o quadro federal e disse que se querem paridade teria que ser
300 50 % (cinquenta por cento)/ 50 % (cinquenta por cento). Agora os técnicos e professores fiquem brigando,

301 isso não era exemplo para os alunos. O Acadêmico João Victor de Souza Cyrino disse que os alunos são 90%
302 (noventa por cento) do CAJ, mas que eles aceitaram que a representatividade fosse igual. Após muitas
303 discussões a Presidente falou que seria realizada a votação das duas propostas: Proposta A 2/3 (dois terços)
304 servidores e 1/3(um terço) alunos e proposta B 1/3(um terço) docentes, 1/3 (um terço) discentes, 1/3 (um
305 terço) técnico-administrativos. Foi solicitada que a votação fosse nominal, então a Presidente anotou os
306 votos, ficando registrados da seguinte forma: A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu, representante dos
307 professores associados votou na proposta A, o Prof. Alexandre Braoios, Coordenador do Curso de
308 Biomedicina votou na proposta A, a Prof.^a Elis Regina da Costa (Vice-Coordenadora do Curso de Pedagogia)
309 votou na proposta B, a Técnica-administrativa Anne de Oliveira (suplente do conselheiro Calixto Júnior de
310 Souza representante dos técnico-administrativos) votou na proposta B, A Prof.^a Cátia Regina Assis Almeida
311 Leal, Coordenadora do Curso de Educação Física votou na proposta A, a Prof.^a Cecília Nunes Moreira,
312 representante dos professores adjuntos votou na proposta A, a Acadêmica Dayane Moraes, representante dos
313 discentes votou na proposta B, o Prof. Edésio Fialho dos Reis, Coordenador do Mestrado em Agronomia,
314 disse que os seus pares não discutiram o assunto, então ele se absteve, o Prof. Fábio Marineli, Coordenador
315 do Curso de Física votou na proposta A, o Prof. Kleber Fernando Pereira (suplente do conselheiro Fabrízio
316 Alphonsus Alves de Melo Nunes Soares, representando os professores assistentes) votou na proposta A, o
317 Prof. Gecirlei Francisco da Silva, Coordenador do Curso de Matemática votou na proposta A, o Prof.
318 Giovanni Cavichioli Petrucelli, Coordenador do Curso de Química votou na proposta A, o Prof. Igo Gomes
319 Guimarães, Coordenador do Curso de Zootecnia votou na proposta A, o Prof. João Batista Pereira Cabral,
320 Coordenador do Mestrado em Geografia votou na proposta A, o Acadêmico João Victor de Souza Cyrino,
321 representante dos discentes votou na proposta B, o Prof. Vilmar Antônio Ragagnin, Vice-Coordenador do
322 Curso de Agronomia votou na proposta B, o Prof. Márcio Rodrigues Silva, Coordenador do Curso de
323 Geografia se absteve, o técnico-administrativo Marcos Humberto Silva de Assis, representante dos técnico-
324 administrativos votou na proposta B, o Prof. Laurence Rodrigues do Amaral, Vice-Coordenador do Curso de
325 Ciência da Computação votou na proposta A, a Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira, Coordenadora do
326 Curso de Direito votou na proposta B, a Técnica-administrativa Michaela Andrea Bette Camara,
327 representante dos técnico-administrativos votou na proposta B, o Prof. Rodrigo Paschoal Prado,
328 representando a Coordenação do Curso de Fisioterapia, conforme designação número 009/2011 (nove de
329 dois mil e onze) votou na proposta A, a Prof.^a Paula Regina de Souza, Coordenadora do Curso de
330 Enfermagem votou na proposta B, o Prof. Raimundo Agnelo Soares Pessoa, Coordenador do Curso de
331 História votou na proposta B, o Prof. Roberto Menezes de Oliveira, Coordenador do Curso de Psicologia
332 votou na proposta A, o Prof. Samuel Mariano Gislon da Silva, Coordenador do Curso de Ciências Biológicas
333 votou na proposta A, o Acadêmico Silvon Alves Guimarães, representante dos discentes votou na proposta B,
334 o Prof. Thiago André Carreo Costa, Coordenador do Curso de Medicina Veterinária votou na proposta A, a
335 Prof.^a Divina Nice Martins Cintra, Vice-Coordenadora do Curso de Letras votou na proposta B, o Acadêmico
336 Waldenir do Prado, representante dos discentes votou na proposta B, o Prof. Wendy Carniello Ferreira,
337 Coordenador do Curso de Engenharia Florestal votou na proposta A, o Técnico-administrativo Wesley
338 Carmo Ramos, representante dos técnico-administrativos votou na proposta B e o Prof. Dirceu Luiz

339 Hermann, Presidente da CIS disse que o seu voto pessoal seria um, mas de acordo com a definição da
340 minicâmara de Extensão e Cultura o voto foi para a proposta A. Finalizando a votação foram registrados 17
341 (dezessete) votos para a proposta A, 14 (quatorze) votos para a proposta B, e 2 (duas) abstenções. A
342 Presidente continuou a reunião dizendo que tem o pedido para que os funcionários da FEJ votem no pleito, e
343 outra solicitação para que a Agência Rural e os terceirizados também possam votar. A Presidente disse que
344 quanto a Agência Rural e a FEJ trata-se de um convênio, e que os outros são terceirizados e que existe uma
345 rotatividade de funcionários. Disse ainda que se deve ater ao convênio da Agência Rural que no momento
346 estava suspenso. A Presidente questionou se havia encaminhamentos ou se votaria se eles entram no processo
347 consultivo ou não. O Prof. Kleber Fernando Pereira questionou se existiam comissionados da FEJ no
348 Câmpus. A Presidente respondeu que todos os técnico-administrativos da FEJ são comissionados. A Prof.^a
349 Cecília Nunes Moreira pediu autorização para o Prof. Cássio Aparecido Pereira Fontana falar. Ele disse que
350 esse tema já foi amplamente discutido e que na eleição passada ocorreu o caso da Presidente da FEJ ligar
351 cobrando voto dos funcionários, então se for para eles votarem, então os terceirizados devem votar. Disse
352 ainda que se for consultar o jurídico a resposta será que não pode votar nem técnico, nem professor e disse
353 que o CAJ tem que aprovar o regimento. A Presidente disse que a UFG estava em período de discussão do
354 regimento, por isso, o do CAJ estava parado. A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu perguntou por que
355 esta questão foi encaminhada para a comissão, pois agora estava discutindo novamente. A Prof.^a Cecília
356 Nunes Moreira disse que isso é o CAJ que define, pois o que Goiânia irá receber será a decisão do Conselho
357 Diretor. A Prof.^a Alessandra Feijó Marcondes Viu disse que a consulta obteve a resposta que não e se o
358 conselho define que sim, isso tem que constar nas normas. A Presidente disse que a comissão vai ser
359 questionada, então a comissão passa o questionamento para a direção e a direção consulta o jurídico. A
360 Presidente solicitou encaminhamentos. A Prof.^a Cecília Nunes Moreira pediu para o conselho votar se aceita
361 ou não. A Prof.^a Maria Cristina Cardoso Pereira pediu que as coordenações fossem consultadas. O Prof.
362 Edésio Fialho dos Reis disse que conforme disse no início se for consultar a PROJUR a resposta será que não
363 pode. A Presidente disse que se for para o CONSUNI a questão não passa. O Prof. Edésio Fialho dos Reis
364 disse que na época da eleição passada o Prof. Benedito achou uma excepcionalidade. A Presidente disse que
365 a excepcionalidade seria que os professores passaram em concurso da mesma forma que os federais. A Prof.^a
366 Maria Cristina Cardoso Pereira disse que existe a autonomia universitária, então tem que chegar a um fato
367 consumando, esse e o caminho para achar uma brecha na norma. O Técnico-administrativo Marcos
368 Humberto Silva de Assis pediu que seu nome fosse retirado da comissão eleitoral. A Técnico-administrativa
369 Michaela Andrea Bette Camara disse que sairão mais pessoas da comissão e que um documento seria
370 encaminhado. O Prof. Dirceu Luiz Hermann solicitou que fosse registrado em ata a decisão do conselho,
371 para que eles fiquem amparados, disse que o contrato deveria ser com quem tem vínculo pelo processo via
372 concurso. A Presidente sugeriu que esperem, pois na próxima semana ela irá a Goiânia e conversará com o
373 Prof. Edward e também com o Procurador para tentar encontrar um caminho, mas isso não impede que o
374 processo seja disparado. Disse que já foi definida a forma da votação, então já poderia começar os trabalhos
375 de normatização. Em seguida ela disse que irá fazer uma consulta formal a procuradoria sobre a FEJ, com a
376 avaliação das duas categorias, assim que ela retornar com uma definição chamará uma reunião extraordinária

377 para tratar do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 16:57
378 horas (dezesesseis horas e cinquenta e sete minutos), da qual, para constar, eu, Marinalva de Oliveira Teixeira,
379 lavrei a presente ata que, lida e se achada em conforme, segue assinada pela Presidente dos trabalhos e pelos
380 conselheiros presentes à discussão e votação.....

381 Silvia Correa Santos _____
382 Alessandra Feijó Marcondes Viu _____
383 Alexandre Braoios _____
384 Anne de Oliveira _____
385 Cátia Regina Assis Almeida Leal _____
386 Cecília Nunes Moreira _____
387 Dayane Moraes _____
388 Dirceu Luiz Hermann _____
389 Divina Nice Martins Cintra _____
390 Edésio Fialho dos Reis _____
391 Elis Regina da Costa _____
392 Fábio Marineli _____
393 Gecirlei Francisco da Silva _____
394 Giovanni Cavichioli Petrucelli _____
395 Igo Gomes Guimarães _____
396 João Batista Pereira Cabral _____
397 João Victor de Souza Cyrino _____
398 Kleber Fernando Pereira _____
399 Laurence Rodrigues do Amaral _____
400 Márcio Rodrigues Silva _____
401 Marcos Humberto Silva de Assis _____
402 Maria Cristina Cardoso Pereira _____
403 Michaela Andrea Bette Camara _____
404 Paula Regina de Souza _____
405 Raimundo Agnelo Soares Pessoa _____
406 Roberto Menezes de Oliveira _____
407 Rodrigo Paschoal Prado _____
408 Samuel Mariano Gislon da Silva _____
409 Silvon Alves Guimarães _____
410 Thiago André Carreo Costa _____
411 Vilmar Antônio Ragagnin _____
412 Waldenir do Prado _____
413 Wendy Carniello Ferreira _____
414 Wesley Carmo Ramos _____

